

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte *Folha de São Paulo*

Class.: *AM-militares*

Data *25.05.89*

Pg.: *A-1,4* *43*

Exército tem terras demais, diz Passarinho

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), coronel reformado, disse que o Exército não precisa do equivalente ao território de duas Bélgica para adestramento de tropas e treinamento de artilharia. A Folha divulgou ontem a extensão de terras do Exército. Para José Gomes da Silva, que presidiu o Incra de março a outubro de 1985, as terras são improdutivas e não afetam a reforma agrária. PÁG. A-4

Passarinho acha muito extensas áreas em poder do Exército

Do Sucursal e correspondentes
O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), coronel reformado do Exército, considerou muito extensa a área de 6,2 milhões de hectares da Amazônia em poder do Exército brasileiro, conforme reportagem da Folha publicada na edição de ontem. Ele disse que essas áreas são usadas para realizar adestramento de tropas e treinamento de artilharia, mas considerou, no entanto, que não é necessário o território de duas Bélgica para desenvolver essas atividades. As áreas foram cedidas por decretos do presidente José Sarney, em 88 e este ano, incluindo terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e tangenciando áreas indígenas.

"Não sabia que existiam áreas tão grandes cedidas ao Exército", afirmou Passarinho. Ele classificou ainda como "novidade" a informação de que as terras ocupadas pelos militares tangenciavam reservas indígenas. O senador afastou a hipótese de os militares estarem ocupando a Amazônia por motivos de segurança nacional.

Procurado ontem em sua casa, o ministro do Exército general Leonidas Pires Gonçalves mandou dizer ao telefone que estava com visitas e não poderia falar à Folha. Indicou o general José Ary Lacombe, chefe do centro de comunicações do Exército. Por telefone, Lacombe insistiu na resposta dada à reportagem na sexta-feira, afirmando que responderia às perguntas encaminhadas somente hoje.

O antropólogo Carlos Roberto Ricardo, 39, coordenador do programa "Povos Indígenas no

Brasil" do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cepi), disse que a matéria da Folha é um dos exemplos concretos do processo de tutela militar do período da transição política, quando houve uma militarização de políticas públicas como as indigenista e agrária. Ele disse que os militares se preocuparam em propagar durante a Constituinte a tese de que no Brasil existe muita terra para pouco índio, difundida também por dirigentes da Funai. O objetivo seria conseguir, futuramente, amparo constitucional à redução das terras indígenas.

Para Ricardo há um duplo movimento na definição do controle da União na Amazônia. Por um lado os militares aumentam sua presença em imensas glebas de terras e por outro, ao controlarem o processo de decisão sobre o reconhecimento dos direitos territoriais indígenas, através do grupo interministerial, o chamado "grupão", eles têm o poder de reduzir os territórios indígenas ou de paralisar processos de demarcação.

Ele questiona também a sobreposição das glebas do exército com áreas indígenas cujos processos de demarcação estão em tramitação. "Além disso deve ser de conhecimento público qual o uso que os militares pretendem dar a essas terras. Os decretos são extremamente vagos a esse respeito", diz Ricardo.

A deputada Beth Azize (sem partido-AM) criticou a concentração de terras da Amazônia nas mãos do Exército, afirmando que a presença militar na região não assegura os alegados objetivos de segurança.

Decretos recebem apoio

Do correspondente

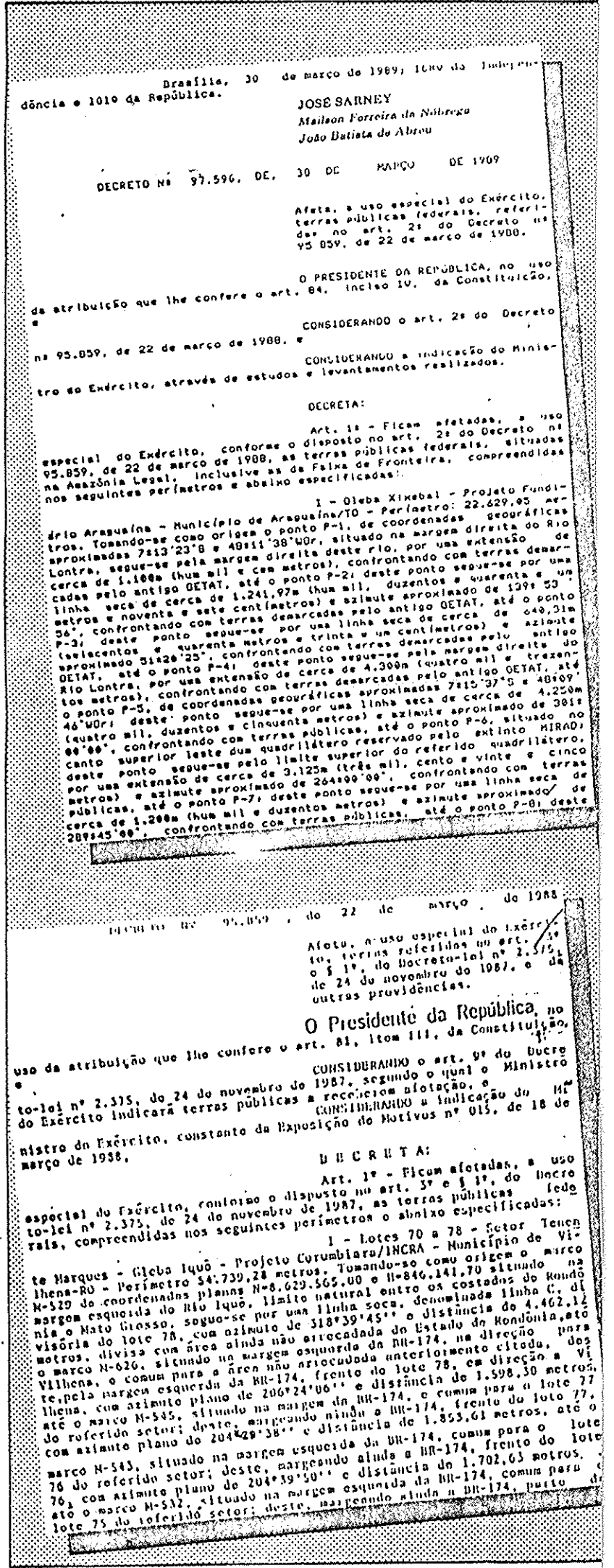
O ex-presidente do Incra, José Gomes da Silva, 65, disse ontem ter apoiado a medida do presidente José Sarney, em novembro de 87, que manteve as terras do patrimônio público nas mãos da União sem retirar delas o controle do Estado, porque "transferir terras que não se prestam a agricultura para a Funai, órgão de defesa ambiental, Exército etc., não vai alterar o caráter da reforma agrária".

Para Gomes da Silva, a reforma agrária deve ser executada "onde exista civilização". Ele citou como áreas prioritárias os Estados do Rio Grande do Sul — "onde estão 20 mil famílias acampadas" — São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Minas Ge-

rais, onde o camponês teria condições de cultivo. "Distribuir terra de índio é reforma agrária de onça", disse.

Silva disse que parte das terras pertencentes ao Exército estão na margem esquerda do rio Amazonas, em áreas impróprias para a agricultura e que virariam deserto se fossem desmatadas. Ele defende, ainda, que o Exército possua áreas amplas para manobras militares, como forma de se evitar acidentes.

Gomes da Silva acusou a UDR e "o senhor Ronaldo Caiado" de estarem tentando transferir a revolta que a população teria pelos grandes latifundiários para o Exército. "Numa escala de prioridades, não há motivo para fazer reforma agrária em áreas do Exército", disse.



Fac-simile da primeira página dos dois decretos de Sarney de 1988 e 1989